

CREDENCIAMENTO PÚBLICO

001/2025

CONTRATANTE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA
REGIÃO DE JUAZEIRO

OBJETO

CREDENCIAMENTO DE OFICINAS MECÂNICAS
ESPECIALIZADAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E
CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA FROTA DO CONSÓRCIO,
COM BASE DOS SERVIÇOS CONSTANTES NA TABELA
TEMPARIA.

DATA DE INICIO DO CREDENCIAMENTO

Dia 24/03/2025 às 10:00h (horário de Brasília)

Sumário

1. DA PARTICIPAÇÃO	3
2. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:	4
3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	6
4. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:	7
5. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO:	7
6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:	8
7. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:	9
8. DOS RECURSOS:	9
9. DA FORMALIZAÇÃO:	9
10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:	10
11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	10
12. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:	10
13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:	10
14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:	11

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE JUAZEIRO

CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

Processo Administrativo Nº 012/2025

Torna-se público que o Consórcio Público Interfederativo De Saúde Da Região De Juazeiro, por meio da sua comissão de licitações e contratos, sediado Rua do Paraíso, Edf. Paraíso, 253, Santo Antônio, CEP 48.903-050, Juazeiro – BA, comunica aos interessados a abertura do presente edital para o instrumento auxiliar de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal de Nº 14.133/2021, Lei Complementar Nº 123/2006 e alterações pela Lei Complementar de nº 147/2014, Lei Federal de Nº 11.488/2007, e das demais exigências estabelecidas neste edital, para o CREDENCIAMENTO DE OFICINAS MECÂNICAS ESPECIALIZADAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA FROTA DO CONSÓRCIO.

Fundamentação Legal Deste Cetame: Lei Federal de Nº 14.133/2021, Lei Complementar Nº 123/2006 e alterações pela Lei Complementar de nº 147/2014, Lei Federal de Nº 11.488/2007, Decreto Federal de nº 21.981/32, Instrução Normativa DREI de nº 72/2019 do Ministério da Economia.

Referido edital ainda constará publicado integralmente com todos os seus anexos, no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas-, pois a Plataforma LICITANET já resta interligada naquele importante Portal.

Conforme consta do Inciso XLIII do artigo 6º da Lei Federal de nº 14.133/2021, o Credenciamento Público é um processo administrativo de chamamento público, em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto, quando convocados.

Não se tratara o credenciamento de uma modalidade de licitação, pois não existe concorrência e ou competição, já que todas as empresas que preencherem os requisitos deste instrumento convocatorio, serão CREDENCIADAS.

O Credenciamento Público é um procedimento auxiliar das licitações e das contratações, conforme disposto no Artigo 78º e 79 º da Lei Federal de nº 14.133/2021.

1. DA PARTICIPAÇÃO

1.1. As pessoas jurídicas interessadas em prestar os serviços, objeto deste credenciamento, deverão entregar os documentos indicados no item 2 desse edital no site www.licitanet.com.br.

1.2. O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas nesse edital, durante o período de 12 meses.

1.3. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, bem como no caso de seleção a critério de terceiros, as condições de contratação serão padronizadas, bem como definidos os valores das contratações.

1.4. O objeto do presente credenciamento não poderá ser transferido a terceiros, sem expressa autorização da Administração, hipótese de subcontratação parcial.

1.5. Caberá denúncia do presente credenciamento, por ato unilateral de qualquer das partes, mediante notificação prévia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

1.6. Não poderão participar do credenciamento os interessados que:

- a)** Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

- b) Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- c) Estiverem suspensos temporariamente de participar de licitações ou impedidos de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos II, III, IV, V, VI ou VII, da Lei 14.133/2021;
- d) Forem declarados inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos VIII, IX, X, XI ou XII, da Lei 14.133/2021;
- e) Tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

1.7. A inscrição neste processo de credenciamento se dará por meio da análise dos documentos necessários, devidamente preenchidos, acompanhado de toda a documentação exigida, e implica aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e atos normativos pertinentes expedidos pela Administração, independente de declaração expressa.

1.8. Os interessados habilitados após análise da documentação apresentada poderão ser credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no presente Edital e seus anexos.

1.9. Para solicitar o credenciamento, o representante legal deverá ser aquele indicado no contrato social ou procurador devidamente constituído.

1.10. No caso de procurador, este deverá apresentar o instrumento de procuração nas formas legais.

1.11. Poderão ser credenciados a oferecer os serviços, mediante termo de credenciamento e os documentos exigidos neste documento, todos os interessados que, cumulativamente:

1.12. O interessado em se credenciar, deverá comprovar através de documentação hábil possuir habilitação devidamente qualificada para o que se credencia.

1.13. Os documentos necessários para se credenciar constarão neste instrumento e seus Anexos.

1.14. O credenciamento não terá garantia de prestação dos serviços, que será de acordo com a necessidade, interesse público, conveniência administrativa de cada Município filiado ao CIMAG, não gerando este instrumento nenhuma garantia de contratação.

2. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1. Os interessados ao credenciamento deverão apresentar no portal de licitações LICITANET www.licitanet.com.br, os documentos dentro do prazo de validade.

2.2. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.2.1. Cédula de identidade de todos os sócios da pessoa jurídica;

2.2.2. Certificado de condição de Microempreendedor Individual, no caso de MEI, ou;

2.2.3. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

2.2.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações, se for caso, devidamente registrados na Junta Comercial, ou contrato social consolidado em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores, ou;

2.2.5. Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

2.2.6. Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de

cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para assinar propostas, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público.

2.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 2.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – Cartão do CNPJ/MF;
- 2.3.2.** Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais);
- 2.3.3.** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 2.3.4.** Prova de inscrição no cadastro estadual ou municipal de contribuintes, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- 2.3.5.** Prova de regularidade perante a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- 2.3.6.** Prova de regularidade perante a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei;
- 2.3.7.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 2.3.8.** Alvará De Funcionamento atualizada, emitido por órgão municipal da sede do licitante.

2.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 2.4.1.** Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade ou com data não superior a 90 (noventa) dias da data de entrega da solicitação de credenciamento.
- 2.4.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 2.4.3.** A real situação financeira do proponente poderá ser verificada com base nos Índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Solvência e Endividamento, demonstrados por memória de cálculo, através da apresentação dos cálculos abaixo, por profissional competente:

I. O Índice de Liquidez Corrente (ILC) é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

II. O Índice de Liquidez Geral (ILG), correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável em Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível em Longo Prazo, conforme abaixo:

ILG= Ativo Circulante + Realizável em Longo prazo

Passivo Circulante + Exigível em Longo prazo

III. O Índice de Solvência Geral (ISG), correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível em Longo Prazo, conforme abaixo:

ISG= Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível em Longo prazo

Será habilitada a empresa que apresentar:

- a) Índice de Liquidez Corrente (ILC) - igual ou maior que 1,0;
- b) Índice de Liquidez Geral (ILG) - igual ou maior que 1,0;
- c) Índice de Solvência Geral (ISG) - igual ou maior que 1,0.

2.4.4. A(s) Licitante(s) deverá(ão) apresentar os Balanços contendo as assinaturas do(s) representante(s) legal(is), e do Contador responsável ou profissional equivalente, devidamente registrados na Junta Comercial, juntamente com a cópia da Carteira de Identidade profissional do mesmo, bem como, os Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário;

2.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

2.5.1. Solicitação de Credenciamento.

2.5.2. Declaração de Aceite de Preços.

2.5.3. Apresentar comprovação de espaço físico seguro, com capacidade de receber no mínimo três microônibus que medem aproximadamente 6,40m comprimento x 2,04m largura e 2,7m altura.

2.5.4. Apresentar comprovação de existir no quadro da empresa, mecânico com experiência em veículos pesados.

2.5.5. Apresentar comprovação de cadastro no Sistema de Referência **TEMPARIO** ® <https://www.tempario.com.br/>

2.5.6. Os interessados no CREDENCIAMENTO devem atender a qualificação técnica prevista no **Item 3** do Termo de Referência (**ANEXO I**)

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

3.1. Dentre as propostas serão credenciadas as que atenderem às exigências estipuladas neste edital, **sendo que o proponente deverá comprometer-se a atender ao(s) ITEM (ns) INTERESSADO(S) COM SEUS VALORES, INDICANDO-O(S), conforme descrito no Anexo I deste Edital.**

3.2. Na apresentação dos documentos para o credenciamento o interessado deverá declarar expressamente o valor da prestação dos serviços conforme o **Anexo I**, ficando ciente de que, caso seja habilitado além da quantidade discriminada no **Anexo I**, **ficará credenciado numa lista, podendo ser chamado a qualquer momento, a depender da necessidade do Consórcio Público.**

4. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. Poderão participar do referido credenciamento, as Oficinas Mecânicas, legalmente estabelecidos nas cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE no raio de 50 km da sede da Policlínica Regional de Juazeiro e que comprovarem, por meio de documentação específica, idoneidade para a prestação do referido serviço, que será sob o regime de ordem de serviço, sendo a solicitação encaminhada pelo Consórcio Público, através de requisição emitida por intermédio do seu Diretor Administrativo.

4.2. Caso haja o credenciamento de múltiplos prestadores, a seleção para a execução dos serviços seguirá as seguintes condições:

- a)** A ordem cronológica de credenciamento.
- b)** Comprovação de disponibilidade imediata para atendimento imediato
- c)** Proximidade da Sede da Policlínica

4.3. Na hipótese de impossibilidade de prestação do serviço pelo primeiro credenciado, será observado o critério de ordem cronológica, prosseguindo-se na lista até que a execução ocorra com a maior celeridade possível.

4.4. Fica a cargo da administração do consórcio, a análise do serviço prestado, podendo mediante observação negativa, dirigir os serviços a outro credenciado.

4.5. É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO as despesas com pessoal e material para execução do respectivo serviço, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Consórcio.

4.6. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

4.7. É vedado:

- a)** o credenciamento de profissionais que sejam servidores, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, do órgão credenciante, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.
- b)** a cobrança direta ao beneficiário de quaisquer valores decorrentes do credenciamento.

4.8. O Consórcio reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de má prestação, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

4.9. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

4.10. Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização prévia e expressa da Administração.

5. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO:

5.1. Prestar os serviços de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avençadas e, ainda, as constantes do edital;

- 5.2.** Prestar os serviços nas suas dependências;
- 5.3.** Arcar com eventuais prejuízos causados ao Consórcio Público e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução;
- 5.4.** Responsabilizar-se sobre os serviços prestados e todas as atividades realizadas junto ao Consórcio sob pena de rescisão do termo de credenciamento e penalidades previstas em Lei;
- 5.5.** Fazer orçamento prévio dos veículos encaminhados;
- 5.6.** O orçamento referido no item anterior deverá ser encaminhado ao consórcio no prazo máximo de dois dias;
- 5.7.** No orçamento deverão estar discriminadas todas as peças a serem usadas no serviço, de maneira clara e usual no mercado;
- 5.8.** Entregar o veículo em data prevista em orçamento.
- 5.9.** O prazo de entrega do serviço começará a contar a partir da entrega, pelo consórcio, das peças orçadas;
- 5.10.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.11.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.12.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 5.13.** Refazer, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 5.14.** A contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - a)** prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - b)** prova de regularidade perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - c)** prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 5.15.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 5.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 6.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 6.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

- 6.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na prestação de serviço, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 6.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 6.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a prestação de serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 6.6.** Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 6.7.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

7.1. Eventuais pedidos de impugnações ao presente edital CREDENCIAMENTO deverão ser dirigidos ao Setor de Compras e Licitações e protocolizados durante o horário de expediente da Consórcio Público, ou pelo e-mail: licitacaocpisrj@gmail.com, até o dia 11/03/2025 às 12 h.

8. DOS RECURSOS:

8.1. O resultado do deferimento ou indeferimento do credenciamento será publicado pelo Município durante e/ou após a vigência deste Edital, à medida que a análise de que trata essa cláusula for concluída, no mesmo endereço eletrônico <https://www.cpisrj.ba.gov.br/diario-eletronico>

8.2. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação enviada, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da divulgação, observadas as seguintes determinações:

- a)** O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação enviada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.
- b)** A Autoridade Máxima poderá decidir pela reconsideração ou manutenção da decisão, devendo, neste caso, expedir decisão definitiva no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.
- c)** Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente habilitado poderão interpor recurso.
- d)** Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios.
- e)** Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados por meio do endereço eletrônico na mesma plataforma pela qual interporam o recurso, ou seja, esta comunicação entre credenciante e CREDENCIADA se dará via protocolo no Setor de Compras e Licitação do Consórcio, sediado Rua do Paraíso, Edf. Paraíso, 253, Santo Antônio, CEP 48.903-050, Juazeiro – BA, no horário de segunda a sexta-feira da 08h00min às 12h00min, ou através de solicitação via e-mail: cpl@fatima.to.gov.br, bem como, no site do consórcio: www.cpisrj.ba.gov.br e/ou www.licitanet.com.br.

9. DA FORMALIZAÇÃO:

9.1. O credenciamento será formalizado mediante um termo de declaração de credenciamento feito pelo consórcio, contendo todas as informações e condições previstas neste edital que lhe forem pertinentes.

9.2. O termo de credenciamento, após sua formalização, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com os serviços acordados entre as partes e demais normas regulamentadoras dos respectivos serviços prestados. Entretanto, se no curso da execução houver indício de violação contratual pelo credenciado, fica facultado ao CREDENCIANTE suspender temporariamente a prestação de serviços prevista no termo de credenciamento, até o término do processo administrativo instaurado para apuração dos fatos supostamente irregulares/indevidos.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. O pagamento ao CREDENCIADO será efetuado mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil, após a entrega da fatura do serviço prestado ao CREDENCIANTE;

10.2. A fatura da prestação de serviço deverá ser encaminhada ao Departamento Administrativo/Financeiro da Consórcio, até o 2º (segundo) dia útil subsequente à prestação do serviço, constando os serviços prestados com seus respectivos valores, além de uma via da requisição que motivou a manutenção.

10.3. O Diretor Administrativo do Consórcio acompanhado do profissional responsável pela gestão da frota serão responsáveis por acompanhar a execução dos serviços e fiscalizar.

10.4. O pagamento será realizado através de transferência bancária, cuja titularidade da conta deverá ser do CREDENCIADO com CNPJ idênticos aos utilizados no Termo de Credenciamento.

10.5. Os critérios, documentação, condições e prazos necessários para apresentação de faturas, contas referentes aos serviços prestados e glosas, bem como os prazos para liquidação das contas, estão estabelecidos no termo de credenciamento de prestação de serviços.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. Para atender as despesas decorrentes do credenciamento dos serviços deste edital, serão utilizados recursos próprios em conformidade com a dotação orçamentária abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTARIA	010101	CONS. INTERF. DE SAUDE REG. DE JUAZEIRO
PROJETO/ATIVIDADE	2.002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA POLICLÍNICA
CLASSIFICAÇÃO	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO	15001002	RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS

12. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

12.1. O Consorcio, realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio do seu Diretor Administrativo acompanhado do profissional responsável pela gestão da frota, devendo as intercorrências serem registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

12.2. A fiscalização ou o acompanhamento previsto neste item não excluem e não reduzem a responsabilidade dos credenciados por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Nos termos do art. 156 da Lei Nacional nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo descumprimento de quaisquer obrigações assumidas perante a Administração, o credenciado, a quem será garantida prévia defesa, ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantindo-se contraditório e ampla defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;

- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- e) O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.
- f) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- g) A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- h) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o promitente contratado à multa de mora, no percentual de 10% da obrigação não cumprida.
- i) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item 16.1. As sanções previstas nos itens 16.1.1, 16.3. e 16.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 16.1.2, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/21.

13.2. Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento dos bens ou de metas aprovadas.

13.3. O termo de credenciamento poderá ser rescindido por ato formal e unilateral pela Administração, nos casos enumerados no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observado o art. 138 da mesma norma, assegurado o contraditório e ampla defesa do contratado.

13.4. No caso da rescisão prevista no item anterior, a Administração deverá comunicar o credenciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam a este, quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

13.5. Também são causas de rescisão do termo de credenciamento a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital e no respectivo termo, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à Administração ou ao beneficiário, sem prejuízo das causas previstas na Lei 14.133/2021.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. O extrato do presente Edital será disponibilizado no endereço eletrônico www.cpisrj.ba.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados divulgados. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou envio de documentação relativa ao presente Edital, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de credenciamento.

14.2. A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do certame.

14.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Consórcio Público.

14.4. Demais informações serão prestadas aos interessados no horário da 8h00min às 12h e das, na Nas dependências do Consórcio Público, sediado Rua do Paraíso, Edf. Paraíso, 253, Santo Antônio, CEP 48.903-050, Juazeiro – BA.

14.5. Fica eleito o Foro da comarca de Juazeiro-BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento.

14.6. São anexos a este edital:

- I. Termo de Referência**
- II. Requerimento de Credenciamento**
- III. Declaração de Aceite de Preços**
- IV. Ata de Entrega de Documentos**
- V. Termo de Credenciamento**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2025

CREDECIMENTO 001/2025

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Credenciamento de oficinas mecânicas especializadas para manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota do consórcio, com base dos serviços constantes na tabela temparia.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços a serem executados deverão utilizar peças genuínas e componentes e acessórios originais fornecidas pelo contratante, mediante a conferência de orçamento prévio, bem como da sua aprovação pelo Servidor designado pelo Consórcio, ficando também responsável pela fiscalização da execução da prestação dos serviços.

2.2. Manutenção Preventiva: revisão e reparos em motor e câmbio, com troca de peças; serviços de alinhamento de direção, geometria de trem dianteiro, cambagem, balanceamento dinâmico e estático de rodas e reparos de suspensão, com troca de peças; regulagem e reparos de embreagem e freio, com troca de peças; serviços de troca de molas. Serviços estes requisitados conforme as necessidades de cada veículo e mediante solicitação/ordem de serviço.

2.3. Manutenção Corretiva: recuperação de motor (retífica, montagem, etc.); bomba injetora, recuperação de câmbio e diferencial; conserto e recuperação do sistema hidráulico (serviço de troca de óleos, filtros e lubrificantes); conserto de radiadores; diagnóstico/análise e conserto do sistema de injeção eletrônica; conserto do sistema de freios. Serviços estes requisitados conforme as necessidades de cada veículo e mediante solicitação/ordem de serviço.

2.4. Serviços Elétricos: serviços de reparação e revisão da parte elétrica com troca de lâmpadas, faróis, fusíveis, troca de lanterna, colocação de faróis; troca de bateria; refazer chicote. Serviços estes requisitados conforme as necessidades de cada veículo e mediante solicitação/ordem de serviço.

2.5. A empresa credenciada deverá disponibilizar contato de telefone do responsável pelos serviços, tendo este a obrigatoriedade de estar disponível 24 (vinte e quatro) horas para solucionar as solicitações das chamadas.

2.6. O CONTRATANTE relatará o defeito apresentado pelo veículo, para que a CONTRATADA elabore o respectivo orçamento e fará um comunicado antecipado (por telefone, WhatsApp ou e-mail) informando o envio do veículo à CONTRATADA.

2.7. A empresa credenciada deverá informar o respectivo orçamento através de documento com os dados da empresa e assinatura do responsável pelo orçamento.

2.8 A CONTRATADA, a contar do ingresso do veículo na oficina, dará preferência no atendimento dos veículos oficiais, visando à redução do tempo de imobilização do veículo, dando início imediato ao processo para pronto atendimento mecânico, no intuito de agilizar o reparo do mesmo.

2.9 O setor responsável/ fiscal do contrato, verificará, antes de autorizar a prestação dos serviços e/ou a substituição das peças e/ou acessórios, a compatibilidade entre os valores apresentados pela CONTRATADA e o tempo unitário referencial do serviço, obtido através uso do Sistema de Referência **TEMPARIO** ® <https://www.tempario.com.br/> a fim de fundamentar a autorização ou não da prestação dos serviços.

2.10 O prazo para elaboração dos orçamentos para manutenção preventiva ou corretiva não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação devidamente justificada e assinada pelo solicitante.

2.11 O prazo para execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva e de reparo será o mínimo necessário, contados a partir do recebimento da ordem de serviço autorizada pelo CONTRATANTE, salvo quando, justificada e motivadamente, seja autorizado pelo CONTRATANTE o prolongamento dos prazos, devendo este ser oficializado.

2.12. Os atrasos comprovadamente motivados pelo consórcio não serão computados na contagem do prazo na prestação dos serviços.

2.13. Na eventualidade de tornar necessária a substituição de qualquer peça fornecida pelo CONTRATANTE ou se necessário refazer serviços executados pela CONTRATADA, durante o período de garantia, o prazo será restabelecido especificamente para os serviços executados.

2.14 Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá manter responsável técnico devidamente habilitado para análise conjunta com o preposto do CONTRATANTE, visando aprovação prévia dos serviços a serem realizados, bem como da relação das peças a serem substituídas.

2.15 A prestação dos serviços, somente poderão ser efetuados mediante apresentação de autorização de prestação de serviços, embasada em orçamento prévio, o qual ficará sujeito à autorização por parte do Consórcio sem o que não deverá ser executado, sob pena de não se efetuar o respectivo pagamento.

2.16 O CONTRATANTE analisará o orçamento dos serviços mecânicos, pelo Sistema de Referência **TEMPARIO** ® <https://www.tempario.com.br/>, e a necessidade da execução total ou parcial do serviço como proposto pela CONTRATADA. Após esse exame, o CONTRATANTE autorizará ou não que a CONTRATADA execute os serviços.

2.17 Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviço, peças ou acessórios, a CONTRATADA deverá informar o fato ao CONTRATANTE, atualizando o respectivo orçamento e submetendo à aprovação.

2.18 O serviço somente poderá ser realizado após a entrega pela CONTRATANTE de autorização de fornecimento de serviços complementares.

2.19 As peças e/ou acessórios utilizados na reposição que serão fornecidos pela contratante devem ser novos, de primeiro uso, não reconicionados e com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original/genuína.

2.20 As peças substituídas, quando da execução dos serviços, deverão ser devolvidas ao CONTRATANTE, devidamente acondicionadas juntamente com o veículo reparado.

2.21 Os valores balizadores de preços serão baseados nos valores apresentados em tabelas de referência, uma vez que é impossível descrever todas os serviços de todos os veículos, considerando que em apenas um equipamento existem inúmeros consertos com preços variáveis de acordo com condições do veículo. Com o valor estimado na cotação de preços e a credenciada poderá fornecer a prestação dos serviços com base no preço apresentado na tabela, aplicando o valor de referência estimado pelo Consórcio, através do Sistema de Referência **TEMPARIO** ® <https://www.tempario.com.br/>, assegurando que todos os veículos do consórcio que necessitarem de consertos em oficinas possam ser atendidos.

2.22 O valor máximo para os serviços mecânicos (hora/serviço) serão conforme descritos abaixo:

2.22.1 Foram feitos levantamentos e médias, análises de planilhas econômicas de contratos semelhantes retirados do Portal Nacional de Compras Publicas, resultando no valor apurado conforme planilha abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	VALOR P/ HORA
1	Prestação de Serviços em Manutenção em Micro-ônibus marca VW - Masca Granmicro E O e Van marca Fiat Ducato	Hora	R\$ 165,00

2.22.2 Poderá participar deste certame qualquer empresa localizada na área dos municípios de Juazeiro-Ba e Petrolina -PE, no entanto, deverá estar com sua oficina mecânica para fazer a manutenção dos veículos relacionados nesta licitação, estabelecida a uma distância máxima de 50 km (cinquenta quilômetros) por raio, com ponto de referência a contar da sede da Policlínica Regional de Juazeiro.

3. DAS INSTALAÇÕES, DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DOS EQUIPAMENTOS

3.1 Considerando que a prestação de serviços mecânicos de manutenção de veículos é uma atividade complexa e especializada, com utilização de ferramentas diversas, aparelhos computadorizados, devido aos veículos possuírem componentes eletroeletrônicos que necessitam de monitoramento e diagnósticos precisos, a licitante deve dispor de estrutura mínima composta de: instalações físicas adequadas (Oficina), aparatos tecnológicos traduzido em máquinas e equipamentos eletroeletrônicos apropriados de monitoramento e diagnóstico com mão de obra especializada em mecânica em geral, e ainda:

3.1.1 Possuir área útil, coberta e fechada, disponível para receber com segurança, simultaneamente, no mínimo, 03 (três) veículos para manutenção;

3.1.2 Possuir os recursos essenciais para que os serviços prestados tenham a técnica

qualidade/presteza exigida para os padrões do fabricante dos veículos;

3.1.3 Possuir pessoal treinado para executar os serviços nos veículos de cada marca específica;

3.1.4 01 (um) equipamento eletrônico de rastreamento de problemas elétrico-eletrônicos nos veículos;

3.1.5 01 (uma) máquina de limpeza do sistema de arrefecimento/radiador de veículo;

3.1.6 01 (um) carregador de baterias;

3.1.7 01 (uma) bancada de teste para bomba elétrica de combustível;

3.1.8 Equipamentos para regulação eletrônica de motor: scanner, teste de bico, ultrassom e multímetro;

3.1.9 Equipamentos para serviços de suspensão: prensa hidráulica, torquímetro e paquímetro;

3.1.10 Equipamentos para serviços de troca de correias: gabarito, relógio comparador e pistola de ponto;

3.1.11 Elevadores hidráulicos ou elétricos para suspensão dos veículos;

3.1.12 Rampa própria e adequada para recepcionar os veículos pesados, de forma que possa atender os serviços a serem executados em ônibus e caminhões;

3.1.11 Kaptor ou rastreador para a análise de sistemas de injeção eletrônica;

3.1.12 Ferramentas adequadas para a realização dos reparos nos veículos com segurança e precisão;

3.1.13 01 (um) equipamento de regulação de faróis.

3.2 A licitante deverá possuir oficina bem estruturada, situada em um raio máximo de até 50 km (cinquenta quilômetros) por estrada, a contar da sede da Policlínica Regional de Saúde.

3.2.2 O raio máximo se justifica pelo custo de transporte do veículo a ser consertado até a oficina da empresa contratada, tendo em vista que esta é obrigação da Administração, considerando as despesas com combustível nos deslocamentos, pela utilização de pessoal para efetuar os deslocamentos e pelo risco de acidentes de trânsito (que podem aumentar o custo do seguro da frota de veículos oficiais).

3.2.3 Acrescente-se a isso a efetividade do acompanhamento da prestação dos serviços, facilitando a periodicidade de visitas do solicitante da prestação dos serviços e do fiscal do contrato, tendo fácil acesso e melhor acompanhamento nos serviços, como: controle dos orçamentos apresentados, levantamentos, reparos a serem executados. Assim, o raio máximo 50 km (cinquenta quilômetros) por estrada tem o potencial de melhorar a gestão sobre as manutenções da frota de veículos oficiais do solicitante, reduzindo as despesas com tal ação, efetivando o controle de todas as etapas do processo de manutenção dos veículos, desde a

entrada na oficina para a realização dos serviços até a sua retirada.

3.3 O servidor responsável pela fiscalização da execução do objeto fará uma VISTORIA NA OFICINA da Licitante, credenciada, ANTES DA CONTRATAÇÃO do objeto deste processo, para constatar as suas reais possibilidades e condições no que tange a localização, equipamentos, ferramental e pessoal técnico (MECÂNICOS), como declarado.

3.3.1 Na aceitação da empresa credenciada para a prestação dos serviços mecânicos, formalizará o Termo de Credenciamento e contrato com o consórcio para cada serviço após autorização.

3.3.2 Não sendo constatadas as reais condições para boa e perfeita execução do objeto, bem como o mínimo de equipamentos exigidos, a credenciada será considerada desclassificada, seguindo a lista de documentação das empresas cadastradas em ordem cronológica, garantindo serviços de boa qualidade ao Consórcio Público.

4 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Entende-se por manutenção preventiva as revisões e serviços de caráter preventivo determinadas pelo fabricante e explicitadas no manual do proprietário com a finalidade de avaliar as condições para o perfeito funcionamento dos veículos, além de detectar possíveis desgastes em peças, acessórios e outros elementos, objetivando manter o veículo em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas específicas, incluindo as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao seu bom funcionamento.

4.2 Entende-se por manutenção corretiva as revisões e serviços de caráter corretivo, não previstas no manual do proprietário, mas que existem em função de adversidades em função de uso da unidade automotora, para possibilitar a reparação de defeitos e falhas em qualquer parte do veículo, com substituição de peças e acessórios genuínos, desde que autorizado pelo SOLICITANTE RESPONSÁVEL, bem como serviços de mecânica, lanternagem, eletricidade, capotaria, vidraçaria, lubrificação (troca de óleo), retífica, borracharia, pintura, que se façam necessários para tornar operacional o veículo. Esses serviços deverão ser executados de acordo com a necessidade verificada na unidade automotora.

4.2.1 A manutenção corretiva abarca todos os reparos necessários aos defeitos ocorridos acidentalmente como, por exemplo: quebra de componentes, desgastes prematuros, uso indevido, colisões. Serão realizadas manutenções corretivas sempre que houver necessidade de reparos aos defeitos imprevistos, ocorridos acidentalmente ou não, nos casos de quebra de componentes, desgastes prematuros, uso indevido, sinistros e outros, independente da realização de manutenção preventiva e sempre que solicitado pela Secretaria de Transportes.

4.3 A solicitação de manutenção preventiva e corretiva ocorrerá mediante Ordem de Serviço emitida pelo responsável designado pelo Consórcio. De posse da Ordem de Serviço contratada deverá enviar orçamento detalhado dos serviços propostos, no prazo máximo de 24h, e então, proceder à execução da manutenção logo após aprovação do orçamento.

4.5 Os serviços serão realizados em local próprio da contratada ou em local indicado pelo solicitante, em casos excepcionais, mediante autorização do responsável e ou fiscal do contrato, devendo a mesma permitir livre acesso dos responsáveis para que se proceda à

fiscalização dos serviços e peças fornecidas.

4.6 A Licitante deverá no ato da entrega do veículo reparado, entregar as peças usadas e que foram substituídas por peças novas, devidamente acondicionadas nas embalagens das peças novas substituídas. Este comportamento da contratada é obrigatório e facilitará a conferência dos serviços e a substituição das peças, bem como possibilitará a fiscalização da execução do Termo de Compromisso e as ações do controle interno municipal.

4.7 Os serviços serão executados com estrita observância dos prazos constantes do Sistema de Referência **TEMPARIO** ® <https://www.tempario.com.br/>, para os serviços de mão de obra;

4.7.1 A tabela deverá ser disponibilizada juntamente com a comprovação dos serviços ao solicitante para ser realizado o devido pagamento a credenciada.

4.8 O Termo de Credenciamento, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser sublocado ou cedido nem transferido, no total e nem parcialmente, nem ser executado por terceiros, sob pena de aplicação de sanção ou de rescisão do que foi pactuado.

4.9 Será permitida a sublocação ou cessão dos serviços em capotaria, borracharia (incluindo pneus e rodas), lanternagem e pintura, com autorização prévia, por escrito, pelo responsável pela solicitação, para oficinas que atendam às exigências deste Edital.

4.10 A sublocação ou cessão prevista no item anterior depende de autorização prévia da contratante, ficando a responsabilidade dos serviços, como garantia e qualidade dos serviços por conta da contratada credenciada, tais como todas as despesas e situação regular mediante a apresentação do Alvará de Funcionamento e certidões negativas de FGTS, INSS e Trabalhista.

4.10.1 Se o licitante vencedor não informar o endereço para a vistoria no prazo de até 03 dias ou se a oficina não atender às exigências deste Edital, a contratada será desclassificada.

4.10.2 Em qualquer hipótese de sublocação ou cessão, permanecerá a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução do objeto, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da cessionária, bem como responder perante o município contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações assumidas e correspondentes ao objeto inscrito no contrato.

4.11 Os serviços deverão ser realizados por técnicos (mecânicos) treinados para atuarem na manutenção dos veículos de cada marca específica.

4.12 Tanto a manutenção corretiva quanto a manutenção preventiva ocorrerão quando o Consórcio julgar necessário, mediante a emissão de ordem de serviço com as devidas justificativas.

4.13 A contratada se obrigará a refazer em, no máximo, 24h (vinte e quatro horas), contados a partir da comunicação, os serviços que forem rejeitados.

4.14 A competência técnica dos mecânicos deverá ser comprovada mediante apresentação de certificados ou de curso, devendo apresentar o certificado de conclusão.

4.15 A Administração do Consórcio poderá incluir ou excluir veículos da frota municipal a qualquer momento.

4.16 A Administração do Consórcio não aceitará, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outros prestadores de serviços ou fornecedores de peças, sejam fabricantes ou técnicos, ou ainda que detenham quaisquer tipos de representação comercial.

4.17 A solicitante verificará se realmente foram aplicadas as peças, componentes e acessórios incluídos nos serviços pela contratada, notificando-a a incluir, retirar ou reparar aquelas que porventura não forem as peças fornecida pelo município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

4.18 A contratada deverá entregar o veículo que sofreu a intervenção mecânica, devidamente, lavado e higienizado, interna e externamente, sem que este complemento incida qualquer ônus para o contratante.

4.19 A contratada se obrigará a cumprir todas as condições e prazos fixados neste edital e no contrato firmado pelas partes.

5 - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

5.1 A empresa contratada arcará com a garantia de todos os serviços executados por seu pessoal técnico especializado (MECÂNICOS), pelo prazo de 06 (seis) meses ou 10.000 (dez mil) quilômetros rodados, contados após a entrega dos serviços.

5.1.1 Após a realização dos serviços será emitido a nota fiscal que se dará de base na data da garantia, sendo que durante este prazo a contratada estará obrigada a refazer os serviços considerados imperfeitos, sem quaisquer ônus adicionais para o município contratante;

5.2 Faculta-se ao Servidor responsável pela fiscalização do Termo de Credenciamento verificar junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes entregues ao CRENDENCIADO, constituindo inadimplência na execução do objeto, o fato de a empresa oferecer garantia com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE
SAÚDE DA REGIÃO DE JUAZEIRO**

Rua do Paraíso, Edf. Paraíso, 253, Santo Antônio,
CEP 48.903-050, Juazeiro – BA

CNPJ: 32.090.677/0001-54 email: consorciodesaudejuazeiro@gmail.com

PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2025

CREDECIMENTO 001/2025

Anexo II

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

A EMPRESA _____, inscrita no CNPJ nº _____, e endereço na _____, requer seja deferido seu credenciamento junto ao Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Juazeiro, com objetivo de participar do credenciamento para a prestação dos serviços mecânicos nos termos previstos pelo edital Credenciamento n.º 001/2025.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	VALOR P/ HORA
1	Prestação de Serviços em Manutenção em Micro-ônibus marca VW - Masca Granmicro E O e Van marca Fiat Ducato	Hora	R\$ 165,00

DECLARA, por este ato jurídico, ter prévia ciência e compreensão, em tempo hábil e suficiente, do objeto, das cláusulas e dos requisitos constantes do edital de convocação acima identificado, havendo anuência integral às condições nele estabelecidas.

Por ser verdade, firmo a presente manifestação de vontade.

_____/_____/_____.

Assinatura do responsável.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2025

CREDECIMENTO 001/2025

Anexo III

DECLARAÇÃO DE ACEITE DE PREÇOS

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nº **(informar)**, estabelecida à **(endereço completo da empresa)**, neste ato representada por seu representante legal **(nome completo do representante legal)**, portador do **CPF nº (informar) e RG nº (informar)**, DECLARA, para todos os fins, que:

1. **Está ciente e aceita integralmente os preços estabelecidos pelo Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Juazeiro** para os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota, conforme tabelas e condições estipuladas no **Edital de Credenciamento nº 001/2025** e seus anexos;
2. Compromete-se a realizar os serviços credenciados **nos valores fixados, prazos e condições estabelecidas**, sem quaisquer reivindicações futuras de reajuste ou compensação além do que for previsto no referido edital;
3. Declara que os preços estipulados no edital **são compatíveis com os valores praticados no mercado**, não havendo qualquer impedimento ou onerosidade excessiva na execução dos serviços dentro das condições estabelecidas;
4. Concorde com os **critérios de pagamento** e as demais disposições do edital e seus anexos, comprometendo-se a prestar os serviços com qualidade, observando as normas técnicas aplicáveis e garantindo a execução adequada das atividades previstas.

Por ser expressão da verdade e para que produza seus efeitos legais, firma a presente declaração.

Local, ____ de _____ de 2025.

(Razão Social da Empresa)
Nome do Representante Legal
CPF:
Cargo:
Assinatura

PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2025

CREDECIMENTO 001/2025

Anexo IV

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MAQUINÁRIO

À

[Nome do Órgão ou Entidade Contratante]

A [Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [número do CNPJ], com sede à [endereço completo da empresa], por meio de seu representante legal, [nome completo do representante], portador do CPF nº [número] e RG nº [número], DECLARA, para fins de participação no certame licitatório [número e modalidade da licitação], que possui, de forma própria ou mediante contrato de locação ou cessão, todos os maquinários, equipamentos e ferramentas exigidos no Item 3 do Termo de Referência (Anexo I), necessários para a perfeita execução dos serviços objeto da licitação supracitada.

Declara ainda que tais equipamentos estarão disponíveis durante todo o período da execução contratual, assumindo total responsabilidade por sua operação, manutenção e adequação às normas técnicas e de segurança aplicáveis.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local, ____ de _____ de 2025.

(Razão Social da Empresa)
Nome do Representante Legal
CPF:
Cargo:
Assinatura

PROCESSO ADMINISTRATIVO 012/2025

CREDECIMENTO 001/2025

Anexo V

TERMO DE CREDENCIAMENTO

o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE JUAZEIRO - BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua do Paraíso, nº. 253, Edf. Paraíso, sala 07, Santo Antônio, Juazeiro-BA, CEP: 48.903-050, inscrito no CNPJ sob o nº 32.090.677/0001-54, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Marcos Henrique Lobo Rosa, brasileiro, casado, agente político, com endereço residencial na Rua São Paulo, n.º 720, Centro, CEP 48.950-000, na cidade de Uauá, Estado da Bahia, portador da Cédula de Identidade nº 820473324 – SSP/BA, inscrito no CPF nº 289.806.465-34, doravante denominado **CREDENCIADOR**, representado neste ato por seu representante legal, declara que a empresa (**Razão Social da Empresa**), inscrita no CNPJ sob o nº (**informar**), com sede em (**endereço completo da empresa**), neste ato representada pelo(a) Sr(a). (**Nome do Representante Legal**), portador(a) do CPF nº (**informar**), foi **credenciada** para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do Consórcio, conforme as condições estabelecidas no **Edital de Credenciamento nº 001/2025**.

1. DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a habilitação da empresa credenciada para a prestação dos serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva nos veículos da frota do Consórcio, conforme as especificações e condições estabelecidas no edital.

2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa credenciada compromete-se a executar os serviços de acordo com as diretrizes do edital, seguindo as normas técnicas e padrões de qualidade exigidos.

3. DA REMUNERAÇÃO

O pagamento pelos serviços será efetuado conforme os valores fixados no edital e de acordo com as ordens de serviço emitidas pelo Consórcio, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e comprovação da execução.

4. DA VIGÊNCIA

Este credenciamento terá vigência de 12 meses contados da assinatura deste termo, podendo ser prorrogado por igual período.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

- O credenciamento não gera exclusividade, podendo o Consórcio contratar outras empresas credenciadas conforme sua necessidade.
- O presente termo não implica obrigação de contratação imediata, ficando a execução

dos serviços condicionada à demanda e à conveniência da administração.

- A empresa credenciada deverá manter atualizados todos os documentos exigidos no edital, sob pena de descredenciamento.

Nada mais havendo a declarar, firma-se o presente Termo de Credenciamento em **duas vias de igual teor e forma**, para que produza seus efeitos legais.

Local, ____ de _____ de 2025.

Marcos Henrique Lobo Rosa

Presidente do C.P.I.S.R.J.

CREDENCIADOR

CREDENCIADA

(Razão Social da Empresa)

Representante Legal